

## RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 0097/2017 - CR.

Revogada pela Resolução Normativa nº 0133/2018 – CR

~~Dispõe sobre a Câmara de Julgamento e dá  
outras providências, conforme processo n.º  
201700029003224.~~

~~O Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de  
Serviços Públicos – AGR, no uso de suas atribuições legais e,~~

~~Considerando que o Conselho Regulador da AGR é dotado de poderes para  
exercer a regulação, o controle e a fiscalização da prestação dos serviços públicos de  
competência estadual, nos termos do art. 11 da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com  
a redação dada pela Lei nº 17.268, de 4 de fevereiro de 2011 e art. 4º, do Decreto nº 7.755, de  
29 de outubro de 2012;~~

~~Considerando que o disposto no inciso VIII, do art. 11, da Lei nº 13.569, de 27 de  
dezembro 1999 e inciso VIII, do art. 4º, do Decreto nº 8.498, de 02 de dezembro de 2015,  
estabelecem que todas e quaisquer questões afetas às atividades de regulação, controle e  
fiscalização dos serviços públicos regulados, controlados e fiscalizados, apresentadas pelo  
Presidente do Conselho Regulador, deverão por ele ser deliberadas;~~

~~Considerando o que dispõe o art. 18, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de  
1999, com a redação dada pela Lei nº 18.101, de 17 de julho de 2013 e o art. 32, do Decreto nº  
8.498, de 02 de dezembro de 2015, que trata da Câmara de Julgamento da AGR;~~

~~Considerando o que dispõe o § 4º, do art. 11, da Lei nº 13.569, de 27 de  
dezembro de 1999, acrescido pela Lei nº 18.101, de 17 de julho de 2013 e do § 1º, do art. 4º, do  
Decreto nº 8.498, de 02 de dezembro de 2015, que tratam da competência do Conselho  
Regulador da AGR para deliberar, com exclusividade e independência decisória, sobre todos os  
atos de regulação, controle e fiscalização inerentes a prestação dos serviços públicos concedidos,  
permitidos ou autorizados;~~

~~Considerando a decisão uniforme do Conselho Regulador da AGR, em sua reunião  
administrativa realizada no dia 31 de julho de 2017,~~

**RESOLVE:**

~~Art. 1º. Designar, em conformidade com o disposto no art. 18, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação dada pela Lei nº 18.101, de 17 de julho de 2013 e no art. 32, do Decreto nº 8.498, de 02 de dezembro de 2015, os membros da Câmara de Julgamento, para o período de 1º de agosto de 2017 a 31 de julho de 2018, na seguinte forma:~~

~~I — Gilvan do Espírito Santo Batista, inscrito no CPF / MF sob o nº \*\*\*.253.371 \*\* e Carteira de Identidade nº 132.\*\*\*, SSP — GO;~~

~~II — Cristina da Rocha Zanin, inscrita no CPF / MF sob o nº \*\*\*.589.556 \*\* e Carteira de Identidade nº \*.450.\*\*\* — SSP — GO;~~

~~III — Cláudio Rodrigues da Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº \*\*\*.293.240 \*\* e Carteira de Identidade nº \*\*\*\*\*679 — SSP — RS;~~

~~IV — Ludmylla Satyuga Sousa Alves Ferreira, inscrita no CPF / MF sob o nº \*\*\*.498.131 \*\* e Carteira de Identidade nº \*.878.\*\*\* — DGPC — GO;~~

~~V — Victor Azevedo Rodrigues, inscrito no CPF/MF sob o nº \*\*\*.266.981 \*\* e Carteira de Identidade nº \*.878.\*\*\* — DGPC — GO.~~

~~§ 1º Designar coordenador da Câmara de Julgamento Gilvan do Espírito Santo Batista.~~

~~§ 2º Designar secretária executiva da Câmara de Julgamento Terezinha de Jesus Assis Bueno, inscrita no CPF / MF sob o nº \*\*\*.698.321 — \*\* e Carteira de Identidade nº \*\*\*.538.~~

~~Art. 2º. O apoio jurídico necessário para funcionamento da Câmara de Julgamento será prestado pela Gerência Jurídica.~~

~~Art. 3º. Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pelo Conselho Regulador da AGR.~~

~~Art. 4º. Revogar a [Resolução Normativa nº 0072, de 09 de agosto de 2016](#).~~

~~Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.~~

~~Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, em Goiânia, aos 31 dias do mês de julho de 2017.~~

~~Ridoval Darci Chiareloto~~

~~Conselheiro Presidente~~

~~Este texto não substitui o publicado no [D.O de 01/08/2017](#)~~